

selheiro Benny e agradecendo o esforço do Conselheiro Gustavo Ponce. O Conselheiro continua dizendo que o Conselho está incorporando a lógica da especulação imobiliária e não há constrangimento, pois se está naturalizando essa lógica que é desumana e dessa forma coloca seu voto contrário ao relato. O Presidente concede a palavra ao Conselheiro Paulo Henrique que inicia dizendo que a sugestão do Conselheiro Gustavo Ponce de avançar com a participação efetiva popular deve ser levada a diante, e continua dizendo que não concorda com o projeto que não inclui as diversas parcelas da sociedade, pois não reflete às propostas de Lúcio Costa. O Conselheiro conclui que se eles não essas evoluções aí o engessamento da cidade, a preservação da cidade, será "um tiro no pé", considera que a cidade tem virtudes e nessas virtudes pode-se fazer a inclusão. Diz que o poder público tem que fazer a sua parte enquanto o mercado imobiliário também e a sociedade, todos juntos não prevalecendo valores ou expectativas de mercado para fazer o desenho urbano. O Presidente passa a palavra ao Conselheiro Hamilton Pereira que inicia questionando o Conselheiro Gustavo Ponce sobre a questão da cultura nesse bairro que está sendo criado sem uma previsão de espaços culturais. O Presidente passa a palavra ao Conselheiro Paulo Henrique que coloca seu voto contrário ao relatório por necessidade de se retirar do Conselho antes do fim. Em seguida o Conselheiro Luis Antônio esclarece o questionamento do Conselheiro Hamilton sobre os equipamentos culturais do Setor Noroeste, como o Parque Burle Marx, um museu e reaproveitamento do lote em que estão os depósitos de carros detidos pelo Detran. O Presidente concede a palavra ao Conselheiro Luiz Paulo Teles que inicia falando do exagero de conselheiros como o Sr. Cafú sobre o projeto que está em votação, confirma que Brasília é mesmo uma área de especulação imobiliária, mas que existem mecanismos que podem mudar isso ao longo do tempo. Coloca que o relatório do Conselheiro Gustavo Ponce está impecável e que vota pela sua aprovação. O Presidente Substituto usa a palavra para falar do seu passado e de como eram os lotes semi urbanizados que se distribuíam no Distrito Federal no início da década de 90 e discorda de algumas falas que colocaram o Governo como se estivesse se vendendo ao mercado imobiliário, coloca também que quer combater a crítica que se coloca de que o governo não está se atentando para o que é essencialmente o bem social que nós temos que produzir no que se diz respeito às políticas de planejamento urbano e cita o PPCUB e as 100 mil unidades habitacionais que o Programa Morar Bem está colocando na rua e que não são lotes como os da década de 90 que não tinham nenhuma estrutura, são habitações com equipamento público, com serviço público ao lado. O Secretário continua dizendo que quando se fala do Programa Regularizou e Seu, de regularizar 1/3 da cidade que está irregular, fala-se de inverter a lógica da dinâmica imobiliária. O Presidente Substituto conclui dizendo que pelo seu pragmatismo de Cientista Político, esse governo é muito de esquerda sim e que o ex-presidente Lula foi o maior consertador que esse País já teve do ponto de vista da relação entre as classes sociais. O Presidente passa a palavra à conselheira Vânia que deixa seu protesto em nome da Sociedade Civil que defende famílias de baixa renda, pois diz que o governo está optando pelo lado mais privilegiado e mais beneficiado em todos os sentidos. Infelizmente a especulação imobiliária está existindo em todos os setores e começa a chegar nas cidades satélites onde existe a baixa renda, mas que não podem participar desses projetos. A Conselheira diz que irá se abster no voto por sentir indignação por ser considerado no relatório ter sido considerada a possibilidade de uma reserva legal para habitações de interesse social. Vê também que o governo do Distrito Federal tem um débito com a sociedade civil com relação a pensar novos projetos habitacionais e a inserção da sociedade civil no Plano Piloto. O Presidente Substituto passa a palavra ao conselheiro Elson Póvoa que questiona sobre a parte que diz sobre "populacional máximo de 40 mil habitantes para o conjunto do setor agora projetado, como recomendado pelo EIA RIMA, elaborado pelo TCBM em 1998, considerando as atuais limitações do sistema de tratamento via fluente domésticos implantados na bacia do Paranoá", se a capacidade é de 30 mil e se não pode ampliar a capacidade de tratamento dos afluentes numa área tão valorizada, aumenta a capacidade e deixa em aberto a capacidade máxima. O Presidente pede ao Conselheiro Relator Gustavo Ponce para esclarecer antes de passar a palavra ao conselheiro Luiz Antônio, mas o conselheiro Gustavo Ponce passa para o conselheiro Luiz Antônio para que possa explicar a parte da EIA RIMA. O Conselheiro Luiz Antônio aborda que o projeto do Noroeste já tem 16 anos quando tinha um EIA RIMA e depois ele foi alterado por determinação do órgão ambiental e que o primeiro projeto era desenvolvido junto à EPIA, um bairro para 80 mil habitantes, depois do segundo estudo ambiental houve uma determinação dizendo que ficasse restrito à 40 mil habitantes, em números de planejamento, aquele número de famílias era da década de 1960, então o que foi feito foi atender a uma determinação do estudo ambiental e de licenciamento ambiental que trouxe de 80 para 40 mil tendo em vista a capacidade instalada que é de absorção de fósforo e outros componentes na bacia do Paranoá levando em conta o balanço inteiro da bacia. Foi feito um balanço no qual ficou recomendado isso e não adianta tentar preservar ou aumentar, pois o bairro está cercado, de um lado o parque Burle Marx, de outro é o Arine Crus e do outro o Bananal. O Presidente concede a palavra ao conselheiro Adalberto Cleber Valadão que se posiciona como representante do setor imobiliário e defende o setor que representa dizendo que não existe especulação imobiliária, que os atuantes desse setor trabalham dentro da lei e que a "especulação" é um termo pejorativo. O Presidente Substituto diz ao conselheiro Adalberto que apenas falou por que o debate de conteúdo de mérito é de opinião dos conselheiros e o debate sobre a gestão urbana tem que ser feito nesse Conselho, esclarece sua fala e passa a palavra ao conselheiro Gustavo Ponce. O Conselheiro Gustavo Ponce agradece

ce as falas dos demais e esclarece que os questionamentos foram feitos também na apresentação do projeto a duas reuniões atrás e que por essa razão procurou colocar seu posicionamento a respeito desses questionamentos no seu voto. O conselheiro afirma que a questão do acesso a diferentes faixas de renda é de grande complexidade, pois os imóveis são de alto valor no mercado imobiliário e não existe imóveis nem de renda média baixa no setor econômico no Sudoeste, nem no Centro de Atividades do Lago Norte, pegando as duas experiências mais recentes nesse sentido como exemplo. Hoje o metro quadrado mais caro do Distrito Federal pode estar no Cruzeiro Velho. Dessa forma, avaliar a existência do mercado não significa se curvar a ele, mas é preciso reconhecer que ele existe, determina valores, determina práticas de mercado. Conforme o Conselheiro, não se pode planejar a ocupação urbana ignorando o mercado que é uma realidade. As questões apresentadas não apresentam soluções para resolver esse problema. O Conselheiro aborda também a necessidade de se ter elevadores em edifícios, mesmo que de baixa renda, pois não se pode esquecer da minoria que não tem condições físicas de subir escadas. Coloca também que a cultura está presente no projeto na medida em que ele é um projeto que mantém a concepção do espaço urbanístico do Plano Piloto, as áreas livres de circulação, as áreas verdes, os pilotis... isso também é cultura, a ocupação do espaço urbanístico também é cultura, a cultura está presente no nosso cotidiano. Talvez seja pelo lado da cultura de mobilidade, de construção da vizinhança, de espaços gregários que deram origem a cultura de Brasília. Quanto à questão da mobilidade, o projeto já tem a previsão desde o início de uma malha de ciclovias, uma malha de calçadas, de espaços livres, uma malha adequada ao transporte coletivo, uma via exclusiva. Dessa forma, o Conselheiro diz que o voto não foi omissivo às questões levantadas no debate. O Conselheiro agradece por ter sido ouvido e passa a palavra ao Presidente Substituto Rafael Oliveira. O Presidente lê a minuta da Decisão nº 04/2012 que diz: O Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal no uso das suas atribuições que lhe confere o decreto 27.978 de 28 de maio de 2007, em sua 19ª Reunião Extraordinária realizada em 21 de junho de 2012, decide: 1- Aprovar por maioria o relatório e voto do relator na forma proposta com as sugestões de correções de forma dos Conselheiros e Conselheiras presentes... E então o Presidente diz que a partir daí fariam o registro dos votos contrários. A minuta da Decisão é aprovada com quinze votos a favor, três votos contrários e uma abstenção. Os votos contrários foram do Conselheiro Benny Schvarsberg, representante titular da Universidade de Brasília; do Conselheiro Antônio Ferreira (Cafú), representante da Sociedade Civil; do Conselheiro Paulo Henrique Paranhos, representante titular do Instituto de Arquitetos do Brasil; e abstenção da Conselheira Vânia Coelho, representante da Sociedade Civil. O Presidente Substituto comunica que começaram o processo das oficinas da Lei de Uso e Ocupação do Solo e completa que há uma semana atrás foram feitas duas reuniões por unidade de planejamento que foram a norte e a adjacente um, para o final de semana estava previsto a adjacente dois e a unidade de planejamento sul, que a adjacente dois é Paranoá e São Sebastião que participam e a UPT sul é Gama, Santa Maria, Recanto das Emas e Riacho Fundo II, todas as informações estão disponíveis no site da Lei de uso e ocupação. O Presidente Substituto esclarece ainda que no Regimento do Conselho é estabelecido que no eventual impedimento do titular a Presidência do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, será exercida pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e na ausência desse último a Presidência será exercida pelo Secretário Adjunto da mesma pasta e quando o Secretário assume o Secretário Adjunto que é o suplente assume a posição de Conselheiro. O Presidente consulta o Conselho se existe mais algum assunto geral e não tendo declara encerrada a 19ª Reunião Extraordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal dando uma boa tarde a todos.

RAFAEL CARLOS DE OLIVEIRA
Presidente Substituto

MOISÉS JOSÉ MARQUES, FERNANDA RAYOL, HAMILTON PEREIRA DA SILVA, DAVID JOSÉ DE MATOS, LUIZ PAULO TELES BARRETO, LUIZ ANTÔNIO ALMEIDA REIS, DALMO REBELLO SILVEIRA, MARIA SÍLVIA ROSSI, JOSÉ DE FÁTIMA DA SILVA, GUSTAVO PONCE DE LEON LAGO, ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA, BENNY SCHVARSBURG, LÚCIA HELENA DE CARVALHO, ÉLSON RIBEIRO E PÓVOA, PAULO HENRIQUE PARANHOS, ADALBERTO CLEBER VALADÃO, GILMA RODRIGUES, ADALTO ELIAS SERRA, NAZARENO STANISLAU AFONSO, JÚNIA MARIA BITTENCOURT, VÂNIA APARECIDA COELHO.

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL (CONPLAN)

As nove horas do sexto dia do mês de maio do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões do Segundo Andar do Edifício Sede da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano - SEDHAB, foi aberta a 29ª Reunião Extraordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN pelo Presidente Substituto do CONPLAN Rafael Carlos de Oliveira, com a presença dos Conselheiros relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes na pauta a seguir transcrita: 1) Ordem do Dia: 1.1) Abertura dos Trabalhos e Verificação do Quórum; 1.2) Posse dos novos Conselheiros. 2) Apresentação: 2.1) Processo 141.003.303/2007. 3) Assuntos Gerais. 4) Encerramento. Depois de verificado o quórum, foi dada a posse para o Conselheiro Andreo Zamenhof de Macedo Alves, como suplente da Secretaria de Estado e Desenvolvimento

Econômico. 2) Apresentação: 2.1) Processo 141.003.303/2007. Em seguida, passou para o item seguinte da pauta, processo de 141.003.303/2007, interessado: Governo do Distrito Federal, assunto: aprovação de edificação no setor de Recreação Pública Norte, relatoria: Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário de Estado chefe da Casa Civil, representado pela suplente, conselheira Cristiane Battiston. Antes de passar a palavra para a relatora, o Presidente substituto Rafael Carlos de Oliveira lembrou que esse tema entrou na pauta como urgente e, como tal, se submete aos regramentos do Regimento Interno do Conplan. Disse ainda que esta Reunião Extraordinária foi convocada com sete dias de antecedência e, entre a reunião ordinária anterior e esta, foi dada vista coletiva a esse processo. Logo após, convocou o Secretário de Estado da Copa, secretário Cláudio Monteiro, para sentar a mesa. Antes de passar para a apresentação desse processo, informou a dinâmica a ser seguida. Posteriormente a Senhora Rejane Jung (Diretora da Dipre) esclareceu que esse processo tem dois momentos. O primeiro é a elaboração do memorial descritivo por parte da Dipre, em 2009, que estabeleceu os parâmetros de uso para uma área dentro da gleba do Setor de Rádio e TV Sul. Após aprovado pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, surgiu esse processo com o projeto do Estádio. Mesmo com modificações, do ponto de vista urbanístico, este projeto atende todos os parâmetros estabelecidos pelo memorial descritivo, que já trazia uma recomendação para qualificar o entorno do estádio. Informou que o memorial descritivo, além de recomendar o tratamento do entorno, propõe uma conexão entre o Parque Burle Marx e o Parque da Cidade. Esta proposta contém também a criação de um túnel ligando o Estádio ao Centro de Convenções e uma ligação entre o Setor de Divulgação Cultural, Eixo Monumental, e o Parque da Cidade. Posteriormente, a Senhora Maruska Lima de Sousa Holanda (Diretora de Obras Especiais da Novacap) mostrou algumas imagens do projeto do Estádio e das obras externas que vão compor o complexo. Explicou que a maior e principal diferença nesse novo projeto foi a retirada da arquibancada existente do antigo Estádio Mané Garrincha. Essa é uma demanda vinda pela FIFA em outubro de 2010 para que o Estádio atendesse em 100% a visibilidade. Destacou que os parâmetros urbanísticos do MDE foram totalmente respeitados e mantida a posição de atender FIFA e o Código de Edificações de Brasília. Ressaltou que, uma semana atrás, foi feita a última inspeção da FIFA e, nessa ocasião, novas demandas surgiram. São pequenas demandas que já estão contempladas nessa última versão e são sempre analisadas no âmbito do Código de Edificações e no âmbito dos custos e benefícios. Disse também que foram incorporadas outras obras de forma a melhorar o acesso, uma delas é o túnel de ligação do Centro de Convenções ao Estádio. O principal foco da criação desse túnel foi atender a FIFA, mas também atenderá a cidade. O túnel terá 6 metros na sua largura menor e em torno de vinte metros na sua largura maior e é uma área que poderá ser utilizada posteriormente. Há a possibilidade de criação ainda de um segundo túnel, ligando o Parque da Cidade à área central de Brasília, próximo ao Clube do Choro. Essa ligação é importante porque será utilizado o estacionamento do Parque da Cidade durante a Copa do Mundo e, futuramente, esse espaço será uma grande área de lazer e convívio devido a sua vegetação e suas características sustentáveis. Também está sendo proposta a criação de uma garagem em frente ao Centro de Convenções. Por último, informou que a certificação do Estádio não se refere apenas a edificação arena, mas levou em consideração toda área externa em volta do Estádio, o que conta pontos para essa certificação no nível Platinum. Depois, o Presidente substituto Rafael Carlos de Oliveira lembrou que grande parte desses projetos desenvolvidos no entorno do Estádio vinha sendo desenvolvida pela Secretaria de Estado de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB há algum tempo no âmbito da Diretoria de Preservação e já está de acordo com a política de revitalização e de mobilidade das áreas centrais do Distrito Federal. Em seguida a Conselheira Cristiane Collet Battiston (Secretaria de Estado da Casa Civil do Distrito Federal) leu seu voto acerca do processo de 141.003.303/2007, assunto: aprovação de projeto de arquitetura de modificação do Estádio Nacional de Brasília, Mané Garrincha, Setor de Recreação Pública Norte, Plano Piloto, RA I: (Inicialmente, cabe destacar a importância da Copa do Mundo de 2014 para a cidade como oportunidade de oferecer melhorias, há muito, necessárias especialmente para consolidação de suas áreas centrais. Arelada a ela, vem uma série de intervenções urbanas, principalmente de acessibilidade e de mobilidade urbana e de qualificação de espaços públicos para receber turistas que devem perdurar e beneficiar cotidianamente seus moradores, entre elas destacam-se as conexões Estádio Nacional - Centro de Convenções - Parque da Cidade. O próprio Estádio Nacional Mané Garrincha, idealizado como arena capaz de abrigar atividades e eventos diversos é expressão dessa preocupação da administração pública, dado o volumoso investimento com as possibilidades de tornar a nossa cidade sede de eventos com apelo internacional e de inseri-la no calendário de eventos culturais e de negócios no âmbito mundial. Diante dessas perspectivas e tendo como fundo o relato, baseado, em especial, em Parecer Técnico número 40 de 2013 da Dipre, proponho a aprovação do projeto de arquitetura de Estádio Nacional Mané Garrincha das garagens sob os estacionamentos situados em frente ao Centro de Convenções, bem como das conexões Estádio - Centro de Convenções - Parque da Cidade via túnel, ressaltando a importância da arborização dos estacionamentos do Estádio, bem como da Constituição de Alameda na via de conexão do Estádio com o Parque Burle Marx). Após, na fase de esclarecimentos, o Conselheiro Benny Schvartsberg (Universidade de

Brasília) testemunhou o entusiasmo e a seriedade da equipe coordenada pelo Secretário Cláudio Monteiro e disse que Brasília está fazendo um esforço para responder à altura de uma capital de um país que recebe um evento internacional. Depois, lembrou que todo Estudo de Impacto de Vizinhança é prévio às execuções das edificações. Nesse sentido, acredita que esse projeto deveria ter sido aprovado ex ante, não após a construção executada, ainda que não na sua completude e integralidade. Recomendou tentar observar esse time do ponto de vista de outros empreendimentos do porte e da relevância como este que está sendo apresentado. Acredita que, em relação às compensações ambientais, o avanço é positivo, mas poderia avançar melhor no ponto de vista das reparações sociais. Informou que foi realizada uma audiência pública popular no Rio de Janeiro produzindo um conjunto de recomendações proativas e críticas com relação exatamente às compensações sociais e reparações sociais que os investimentos da Copa podem trazer como benefício para a cidade. Por último, disse acreditar que ainda dá tempo para dar exemplos mundiais de que há com a Copa não só preocupações ambientais, mas também culturais e, sobretudo, de compensações sociais numa cidade que vive imensos desafios de desigualdade socioambiental. Depois, o Conselheiro Alberto Alves Faria (Sociedade Civil) questionou se a garagem proposta vai ser construída dentro do mesmo lote ou se faz parte de outro e se a aprovação da ligação via túnel excluirá a possibilidade de outras ligações. Após, o Presidente substituto Rafael Carlos de Oliveira fez um parêntese para dar posse ao Secretário Alberto Uchoa como representante titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal. Lembrou também que, mesmo com a presença de representantes titulares e suplentes, todos farão o uso da palavra, só que, essencialmente, é um voto por órgão. Em seguida, a Conselheira Cristiane Collet Battiston (Secretaria de Estado da Casa Civil do Distrito Federal) disse que o Governo tem trabalho bastante com as compensações e, inclusive, lançou recentemente o Caderno das Cidades demonstrando à população os investimentos em cada uma das regiões administrativas. afirmou que acolhe a recomendação de olhar a publicação feita pelo Comitê da cidade do Rio de Janeiro com ideias de compensações sociais para que possa avaliar e ver a sua aplicabilidade no Distrito Federal. Em relação aos questionamentos do Conselheiro Alberto Alves Faria (Sociedade Civil), afirmou que os túneis foram recomendação do memorial descritivo e acredita que seja interessante que a área técnica demonstre a não exclusão de outras formas de travessia do Eixo Monumental. Logo após, o Secretário Extraordinário da Copa em Brasília, Cláudio Monteiro, lembrou que hoje está se construindo um Estádio com a capacidade máxima de setenta e dois mil lugares no local onde o projeto original era para um de cento dez e, com essa argumentação, enfrentou os questionamentos no Ministério Público. afirmou que procurou atender a todas as recomendações do IBRAM e fez todos os estudos de impacto, mesmo que no decorrer dessa obra. Acerca das compensações, afirmou que se tem uma obra que hoje tem gerado benefício nas cidades satélites é exatamente o advento da Copa do Mundo. Em Brasília, não existe a necessidade de desapropriação, como ocorre em outras cidades. Acredita que fazer as ligações nas cidades satélites é um legado para a população. Citou ainda o investimento que o Governo fez, ano passado, para a Companhia Energética de Brasília – CEB na ordem de cerca de cento e quarenta milhões e que fará, novamente, este ano, para que a companhia possa ser dotada de condições ideais de funcionamento atendendo a todas as comunidades do Distrito Federal. Em relação ao impacto na economia do Distrito Federal, estima-se cerca de seiscentos mil turistas, sendo duzentos mil estrangeiros. Ou seja, uma injeção de recursos da ordem de quatro bilhões para o setor de serviços da cidade, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas e do Governo Federal. Destacou que a Copa do Mundo passa e a cidade continua, e um Governo fica marcado pelas intervenções que fez. Ratificou que, com a obra, este espaço, antes usado como estacionamento de ônibus, será um ambiente apropriado para o convívio dessa coletividade. Lembrou ainda os alagamentos da via W3 Norte. Segundo o secretário, isso ocorre porque aquele terreno todo não foi tratado adequadamente e afirmou que o será com esse paisagismo e com possibilidade de captação de toda essa água da chuva que se dará naquela área. Por fim, disse que as intervenções são diversas e cada uma tem que ser pensada no ponto de vista de garantir a condição de boa convivência da sociedade. Na sequência, a Senhora Rejane Jung (Diretora da Dipre) informou que aquela área do estádio é uma gleba única, não sofreu parcelamento urbano, e esses parâmetros incidem apenas sobre a área onde está implantado o estádio. Explicou ainda que estacionamento do Centro de Convenções não está dentro de um lote, é uma via pública. Concordeu que os túneis são sempre um problema, porém este ficará em uma área de movimento intenso, o que traz segurança para esse espaço, sem contar que será construído em via reta e não terá pontos cegos. Depois, a Senhora Maruska Lima de Sousa Holanda (Diretora de Obras Especiais da Novacap) apresentou mais imagens sobre os acessos e ressaltou que esses túneis terão um fluxo bastante multiuso e em vários níveis. Mesmo assim, acredita que essas passagens subterrâneas não excluirão outras possibilidades. Por último, explicou ao Conselheiro Alberto Alves Faria que o túnel servirá apenas como passagem. As lojas ficarão em uma parte externa. Após, o Conselheiro Luís Antônio Almeida Reis (Terracap), discordando do Conselheiro Alberto Alves Faria, afirmou que a passagem subterrânea funciona ou não em função da gestão, não em função de existir como passagem subterrânea e disse ter certeza que essa passagem funcionará muito bem para toda a população de Brasília, não só para os eventos que acontecerão. Posteriormente, o Conselheiro Alberto Alves Faria (Sociedade Civil) sugeriu deixar

claro no voto que o que está sendo aprovado é um projeto de arquitetura de modificação e ampliação do estádio. Acredita que não cabe ao Conplan votar a aprovação da garagem proposta. Já sobre os túneis, concordou que a gestão fará uma diferença, mas acha que deveria ficar mais claro para o conselho qual é exatamente o projeto de túnel que está sendo votado. Disse estar feliz em saber que a ciclovia também dará acesso ao túnel, já que tem sido um elemento de sucesso na cidade do ponto de vista de uso dos espaços que temos. Após, o Conselheiro Hamilton Pereira da Silva (Secretaria de Estado de Cultura) destacou que essas são modificações de um projeto já examinado, debatido e aprovado e essas mudanças ocorrem devido aos ajustes e exigências que são feitos em um projeto que vai modificar de maneira profunda a convivência social na cidade. Acredita que essa vai ser a maior edificação do Distrito Federal e produzirá um processo de apropriação de espaços que antes se encontravam vazios. Lembrou também que cultura é gente, não edificação, por isso é preciso examinar esse processo na perspectiva de que estão realizando um magnífico e profundo exercício de ocupação de espaços na área central da cidade. Por último, ressaltou que não se pode raciocinar Brasília como se ela fosse uma empresa, e sim o que ela realmente é, uma cidade, ou seja, um espaço de exercício de direitos. Nesse ponto, afirmou que não se pode pensar a Copa do Mundo como uma espécie de Armagedom. Os eventos passam e a cidade fica, por isso é necessário pensar em construções que beneficiará as pessoas que moram em Brasília. Dito disso, declarou o voto de apoio ao texto da relatora. Em seguida, o Presidente substituto Rafael Carlos de Oliveira esclareceu que a aprovação do projeto se dá tanto quando atribui parâmetros para um raio dentro e um MDE específico quanto para o entorno desse raio. As intervenções lineares também compõem o processo. Na sequência, o Conselheiro Salviano Antônio Guimarães Borges (Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan) lamentou que Brasília tenha, no seu ponto central, espaços tão nobres destinados a estacionamento de ônibus. Afirmou que é preciso pensar nessa cidade como uma projeção do futuro, e não apenas para resolver um problema momentâneo de uma Copa do Mundo. A partir desses eventos, pode-se avançar muito nas soluções de convivência e da mobilidade urbana. Lembrou que essa proposta tem que ser feita imediatamente para que se possa facilitar os projetos futuros de integração. Posteriormente, o Presidente substituto Rafael Carlos de Oliveira saudou os servidores da SEDHAB pela qualidade dos projetos oferecidos para serem implantados no entorno do estádio. Ratificou ainda que é preciso pensar e começar a dialogar essa cidade em uma lógica metropolitana e, como capital de todos os brasileiros, a cidade deve começar a ser tratada como a cidade de todos os brasilienses e de quem mora no entorno também. Depois, a Conselheira Junia Maria Bittencourt (Sociedade Civil) perguntou qual é a previsão de custo e de onde virão os recursos. A Senhora Maruska Lima de Sousa Holanda (Diretora de Obras Especiais da Novacap) explicou que as intervenções dos dois túneis, a calçada central e a ligação entre a W4 e a W ficaram em torno de trezentos milhões de reais. A garagem e a ligação do autódromo ainda não têm valores definidos. O Parque Bulevar Marx em torno de seis milhões de reais, a ciclovia custará cinco milhões e a calçada no Eixo Monumental por volta de dez milhões de reais. Informou que os trezentos milhões já vieram do Tesouro do Distrito Federal e apenas o investimento da ciclovia virá da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap. Não havendo mais inscritos para a fase de esclarecimentos, o processo 141.003.303/2007 referente ao projeto de arquitetura de modificação e ampliação do Estádio Nacional de Brasília, como sugerido pelo Conselheiro Alberto Alves Faria (Sociedade Civil), foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Antes de entrar nos Assuntos Gerais, o Presidente substituto Rafael Carlos de Oliveira pediu aos membros para não se ausentarem antes de assinar a decisão produzida pela Secretaria Executiva. No último ponto de pauta, a Conselheira Junia Maria Bittencourt (Sociedade Civil) parabenizou o secretário Cláudio Monteiro pela beleza do estádio. Aproveitando a presença de pessoas envolvidas com a administração pública de Brasília, pediu que se levasse em consideração pensar uma cidade compatível com a beleza do novo estádio. Na condição de última reunião da Sociedade Civil, agradeceu a todos, muito emocionada, e afirmou que participar do CONPLAN foi um agregar de conhecimento muito grande. Lamentou que a Sociedade Civil tenha que se retirar do conselho de uma maneira, segundo ela, bruta, estúpida e ignorante. Reconheceu que, como defensora dos interesses de moradores de condomínios e de áreas irregulares, hoje entende o problema causado por ocupar áreas de maneira informal e clandestina e percebe a necessidade de resolver esses problemas para o bem da cidade, da população e do meio ambiente. Lembrou que sempre foram muito bem tratados dentro do Conselho quando falaram de questões de aprovação de parcelamento informal e não receberam nenhuma crítica que não fosse de agregar e de resolver esse problema que se arrasta há trinta anos no Distrito Federal. Depois, o Presidente substituto Rafael Carlos de Oliveira afirmou que não vai tratar esta reunião como um adeus, mas um até logo, pois acredita que em breve solucionará esse impasse. Em seguida, o Conselheiro Flávio Correia Sousa (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do DF - CREA) revelou estar satisfeito em ver a aprovação da execução do túnel, porque, no início, se falava que o túnel não iria acontecer para a Copa do Mundo. Afirmou que esse vai ser mais um legado deixado para a cidade. Após, o Conselheiro Maurício Canovas Segura (Secretaria de Estado de Obras) disse que a participação de membros como a Conselheira Junia Maria Bittencourt (Sociedade Civil) nesse Conselho pela sociedade civil deu

um grande engrandecimento para todos e a possibilidade de ter um retorno de quem está do outro lado. Sem mais assuntos para serem tratados, o Presidente substituto Rafael Carlos de Oliveira deu por encerrada a 29ª Reunião Extraordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN.

RAFAEL CARLOS DE OLIVEIRA

Presidente Substituto

ALTINO JOSÉ DA SILVA FILHO, MARIA SÍLVIA ROSSI, FRANCISCO JOSÉ DE BRITO MORAIS, FLÁVIO CORREIA SOUSA, JOSÉ CARLOS DE MATOS, HEBER NIEMEYER BOTELHO, MAURÍCIO CANOVAS SEGURA, JÚLIO FLÁVIO GAMEIRO MIRAGAYA, MARA VIEGAS, JÚNIA MARIA BITTENCOURT, ALBERTO ALVES DE FARIA, LUIZ ANTÔNIO ALMEIDA REIS, SALVIANO ANTÔNIO GUIMARÃES, BENNY SCHVARSBURG, ADALTO ELIAS SERRA, CLARISSA REIS IANNINI, ALBERTO ALVES DE FARIA, ANTÔNIO CARLOS REBOLÇAS LINS, LÚCIO TAVEIRA VALADÃO, HAMILTON PEREIRA DA SILVA, ANDREO ZAMENHOLF ALVES, RICARDO VALE DA SILVA, EDUARDO D. BRANDÃO CAVALCANTE, REGINA MARIA AMARAL, CRISTIANE COLLET BATTISTON.

ATA DA 111ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL (CONPLAN)

As nove horas do décimo terceiro dia do mês de junho do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões do segundo andar do Edifício Sede da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano - SEDHAB, foi aberta a 111ª Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN pelo Presidente Substituto do CONPLAN, Geraldo Magela, com a presença dos Conselheiros relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes na pauta a seguir transcrita: 1) Ordem do Dia: 1.1) Abertura dos trabalhos e verificação do quórum; 1.2) Posse de novos Conselheiros; 1.3) Aprovação da ata concernente à 110ª Reunião Ordinária. 2) Apresentação: 2.1) Processo nº.: 390.000.167/2013, Interessado: Terracap, Assunto: Alteração de área - Setor de Múltiplas Atividades Sul, Relator: Altino José da Silva; 2.2) Processo nº.: 390.000.060/2009, Interessado: UGP/SEDUMA, Assunto: Criação de área para novo Aterro Sanitário (Retificação da Decisão 03/2010); 3) Assuntos Gerais: 3.1) Apresentação do Contrato Terracap - Jurong; 3.2) A Secretaria Executiva gostaria de esclarecer quanto ao pagamento do jetón, regularizado pela Lei nº 4.585, de 13 de julho de 2011; 3.2.1) Titulares ou Suplentes que optarem por não receber o jetón deve encaminhar uma declaração junto à Secretaria Executiva; 3.2.2) Em participando Titular e Suplente na mesma reunião, o Titular tem prioridade no recebimento. 4) Encerramento. Depois de cumprimentar os presentes e verificado o quórum, o Presidente Substituto do CONPLAN, Geraldo Magela, declarou aberta a Sessão, dando posse à Conselheira Riane Freitas Paz Falcão, Suplente da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal; ao Conselheiro Paulo Henrique Paranhos, representante Titular do Instituto de Arquitetos do Brasil; ao Conselheiro Benny Schvarsborg, representante Titular da Universidade de Brasília e ao Conselheiro José Guilherme de Magalhães Francisco, representante Suplente da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap. Passando à Ordem do Dia, foi chamado a análise o Subitem 1.3) Aprovação da ata concernente à 110ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi tratado o Item 2) Apresentação, com análise do Subitem 2.1) Processo nº.: 390.000.167/2013, Interessado: Terracap, Assunto: Alteração de área - Setor de Múltiplas Atividades Sul, Relator: Altino José da Silva. Fazendo uso da palavra, o relator apresentou seu relato e voto, não antes, no entanto, de agradecer à Presidência do CONPLAN por ter sido escolhido para cumprir tal tarefa. O Conselheiro seguiu esclarecendo que trata o presente processo da inclusão de prestação de serviço dos Correios no rol de usos previstos para o Lote 10 do Trecho do Setor de Múltiplas Atividades Sul - SMAS - Plano Piloto RA1, e dando mais informações sobre o tema. Em seguida, passou à leitura de seu voto, conforme segue: "Face aos argumentos e pareceres técnicos favoráveis à inclusão do uso comercial de bens e de serviços ao uso principal do Lote 10 do Trecho 3 do SMAS, com atividades de serviços dos Correios, intermediação financeira e alimentação e o uso coletivo com atividade de educação complementar, em conformidade com a classificação vigente no Distrito Federal, mantidos os usos e parâmetros de ocupação do solo vigentes. Considerando ainda, que a proposta ora em análise permitirá aos Correios construir no lote em questão o CCE/BSB, que além de modernizar o Tratamento de Cartas e Encomendas, vai gerar impactos sociais e econômicos importantes para a população do Distrito Federal, dentre os quais destacamos: a) Geração de centenas de postos de trabalho na construção civil e em outras áreas; b) Ampliação da arrecadação de impostos; c) Maior agilidade no tratamento das demandas postais. O Centro de Cartas e Encomendas - CCE/BSB vai tratar toda a carga de PAC (Encomendas) do Centro Oeste e o FAC (Cartas) das regiões do Centro Oeste e Norte. Traduzindo isso em números, estamos falando de uma carga correspondente a 6 milhões de objetos/dia, divididos entre PAC, FAC e SEDEX, dentre outros. O Relator votou favoravelmente pela aprovação do projeto de uso comercial de bens e de serviços, com atividades de serviços dos Correios, intermediação financeira e alimentação e o uso coletivo com atividade de educação complementar em tela, por entender que a minuta de PLC está em consonância com as diretrizes de uso e ocupação do solo vigentes, bem como atende aos preceitos de crescimento e desenvolvimento sustentável do SMAS". Passou-se, em seguida, à fase de esclarecimentos, que foram respondidos pela senhora Rejane Jung Viana, Assessora Especial da